



Câmara Brasileira de
Investidores em Energia Elétrica



Setor Elétrico Brasileiro

Agenda 2020

23 de Maio de 2006

O Instituto Acende Brasil

Visão

A evolução sustentável do Setor Elétrico Brasileiro.

Missão

Viabilizar a ação empreendedora privada no Setor Elétrico Brasileiro materializando a contribuição dessa ação para a Sociedade.

Valores

- Eficiência
- Transparência
- Compromisso com o Brasil

Ações e estudos da CBIEE:

- desenvolvidos com foco no longo prazo
- voltados para temas que interessam a todos os segmentos da sociedade



Câmara Brasileira de
investidores em Energia Elétrica

Palavra “investidor” confundida com outro tipo de investidor, com objetivos voláteis e de curto prazo

O nome não traduzia com clareza:

- investimentos de longo prazo
- compromisso com o Brasil

INSTITUTO

- Palavra associada a centro de estudos e reflexões
- Coloca o foco num tema, e não nos “associados”

ACENDE

- Uma chamada, um convite, **UM PROJETO**
- Aponta a necessidade de acender e elevantar a reflexão sobre o futuro do setor
- Induz ao conceito de transparência
- Uma proposta inclusiva, que não se restringe à defesa de interesses de grupos de pressão específicos

BRASIL

- Reforça o compromisso com o Brasil
- Explicita nossa intenção de crescer com o país



Câmara Brasileira de
Investidores em Energia Elétrica



Setor Elétrico Brasileiro

Agenda 2020

23 de Maio de 2006

1. Objetivos da Agenda 2020

2. A Construção da Visão para a Agenda 2020

3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:

- **Estrutura Institucional**
- **Planejamento e Expansão**
- **Tributos e Encargos**
- **Política Tarifária**

Objetivos da Agenda

1. Construir uma Visão de longo prazo para o Setor Elétrico Brasileiro que atenda às necessidades de todos os segmentos da sociedade:

- Estado
- Consumidores
- Contribuintes
- Empreendedores

2. Consolidar Diretrizes de política setorial com o objetivo de criar ambiente sustentável nas dimensões:

- a) Estrutura Institucional
- b) Planejamento e Expansão
- c) Política Tributária
- d) Política Tarifária

Uma contribuição que ultrapassa as fronteiras do setor elétrico

É uma contribuição para o país

Deve proporcionar uma visão inspiradora e integradora

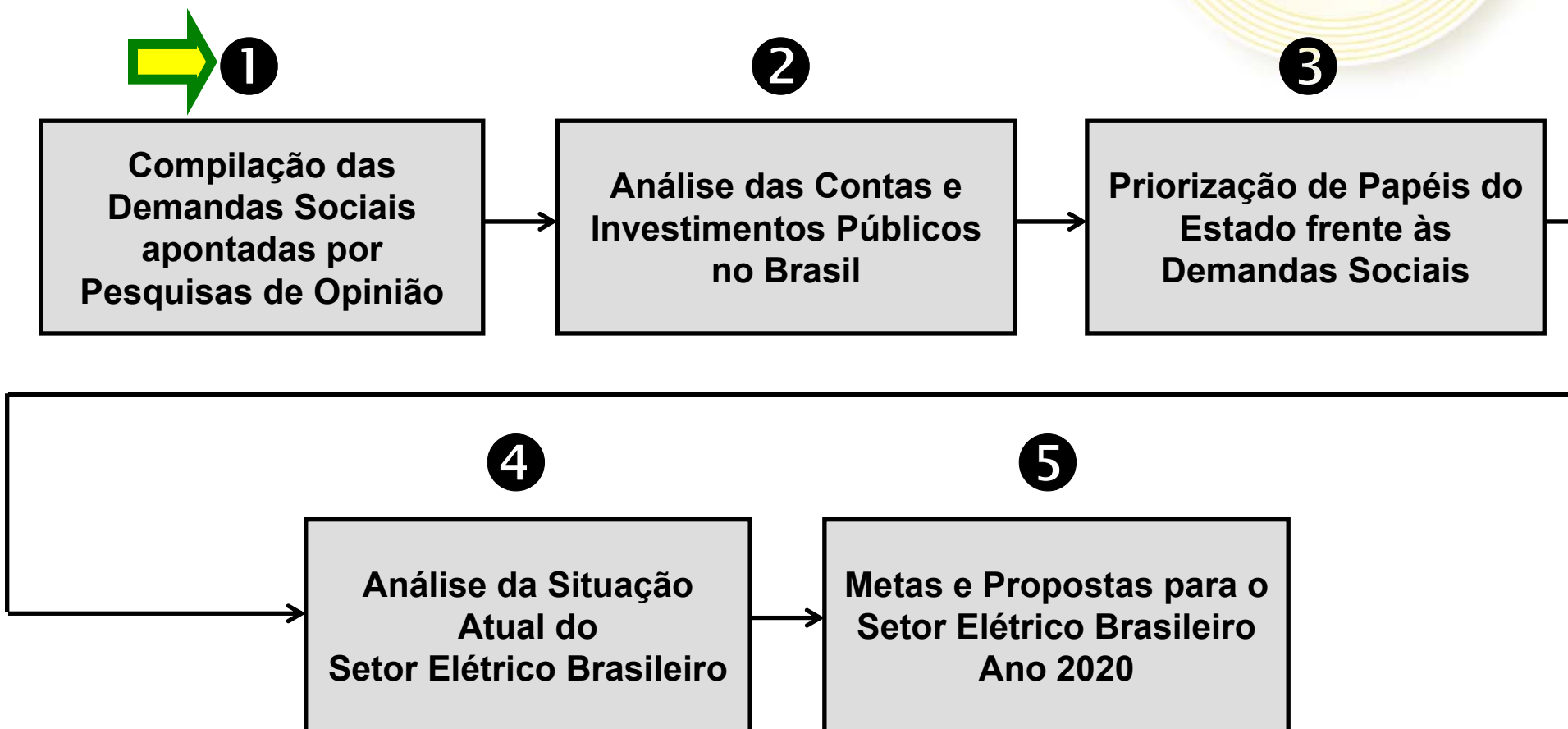
- A Agenda 2020 **NÃO É** uma peça político-ideológica porque:
 - O documento tem caráter **público** e **apartidário** (será apresentada a candidatos à Presidência e a partidos políticos da base aliada do governo e da oposição)
 - trabalha com **horizontes de longo prazo** que ultrapassam mandatos de governos (atravessará 4 eleições: 2006, 2010, 2014 e 2018)

1. Objetivos da Agenda 2020

2. A Construção da Visão para a Agenda 2020

3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:

- Estrutura Institucional
- Planejamento e Expansão
- Tributos e Encargos
- Política Tarifária



A População Brasileira tem opinião clara sobre os papéis prioritários do Estado

(Pesquisa CNI/Ibope, Mar/2006)

- Investimentos em Educação, Saúde e Segurança em destaque
- Já há percepção significativa da necessidade de Redução de Impostos
- Investimento público em infra-estrutura com baixíssima relevância

CNI/Ibope, Mar/2006:

Na sua opinião, dentre as diferentes ações listadas nesta cartela, quais são as duas que devem ser tratadas como prioridade pelo próximo presidente?

Geração de emprego	58
Investimentos em educação e saúde	41
Combate ao crime organizado e à violência	24
Distribuição de benefícios para a população carente, como o Bolsa Família	20
Combate à corrupção	18
Redução dos Impostos	15
Redução dos juros	8
Manter a inflação baixa	6
Infra-estrutura (estradas, portos, energia)	4
Apoio às exportações + Nenhuma dessas + Não sabe'	2

A População Brasileira tem opinião clara sobre os papéis prioritários do Estado

(Pesquisa CNT/Census, Abr/2006)

- Investimentos em Educação, Saúde e Segurança também em destaque
- Investimentos em infra-estrutura não são monitorados pela pesquisa

CNT/Census, Abr/2006:

Na sua opinião, qual é o principal problema do País que deveria ser resolvido pelo próximo Presidente da República?

Emprego e Renda	36,6
Saúde Pública	24,9
Educação Pública	15,3
Segurança Pública	14,4
Previdência Social	2,6
Inflação	1,7
Defesa Nacional	1,5
Não Sabe / Não Respondeu	3,2
TOTAL	100,0

A População Brasileira tem opinião clara sobre os papéis prioritários do Estado

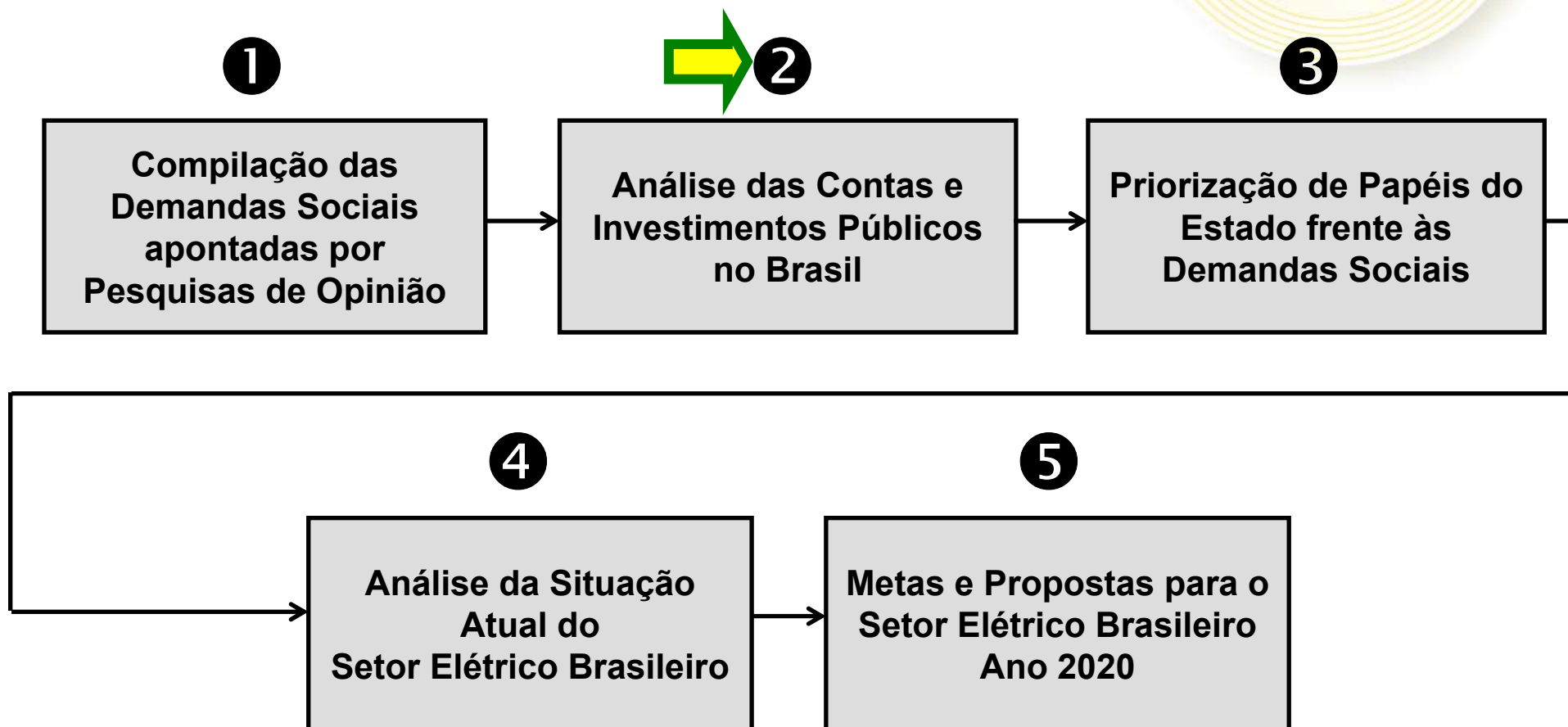
(Pesquisa CBIEE/Franceschini, Jan/2005)

- Investimentos em Educação, Saúde e Segurança também em destaque
- Energia Elétrica e demais áreas de infra-estrutura em patamar inferior

CBIEE/Franceschini Jan/2005:

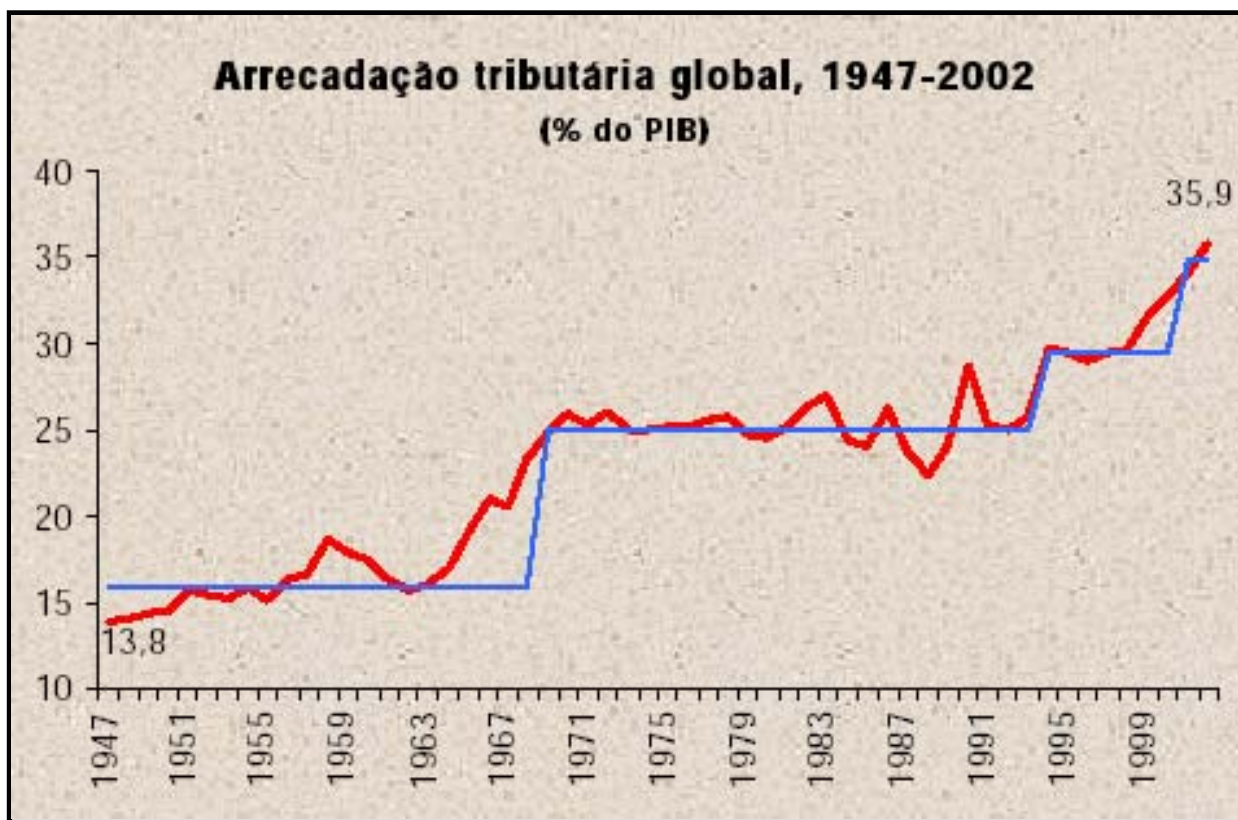
*Na sua opinião, quais são os serviços que o governo deveria garantir?
(resposta espontânea, primeira menção)*

Saúde Pública	31
Educação Pública	26
Segurança Pública	14
Emprego	10
Água/Esgoto/Saneamento	6
Energia Elétrica	6
Habitação	2
Telefonia	1
Transporte	0



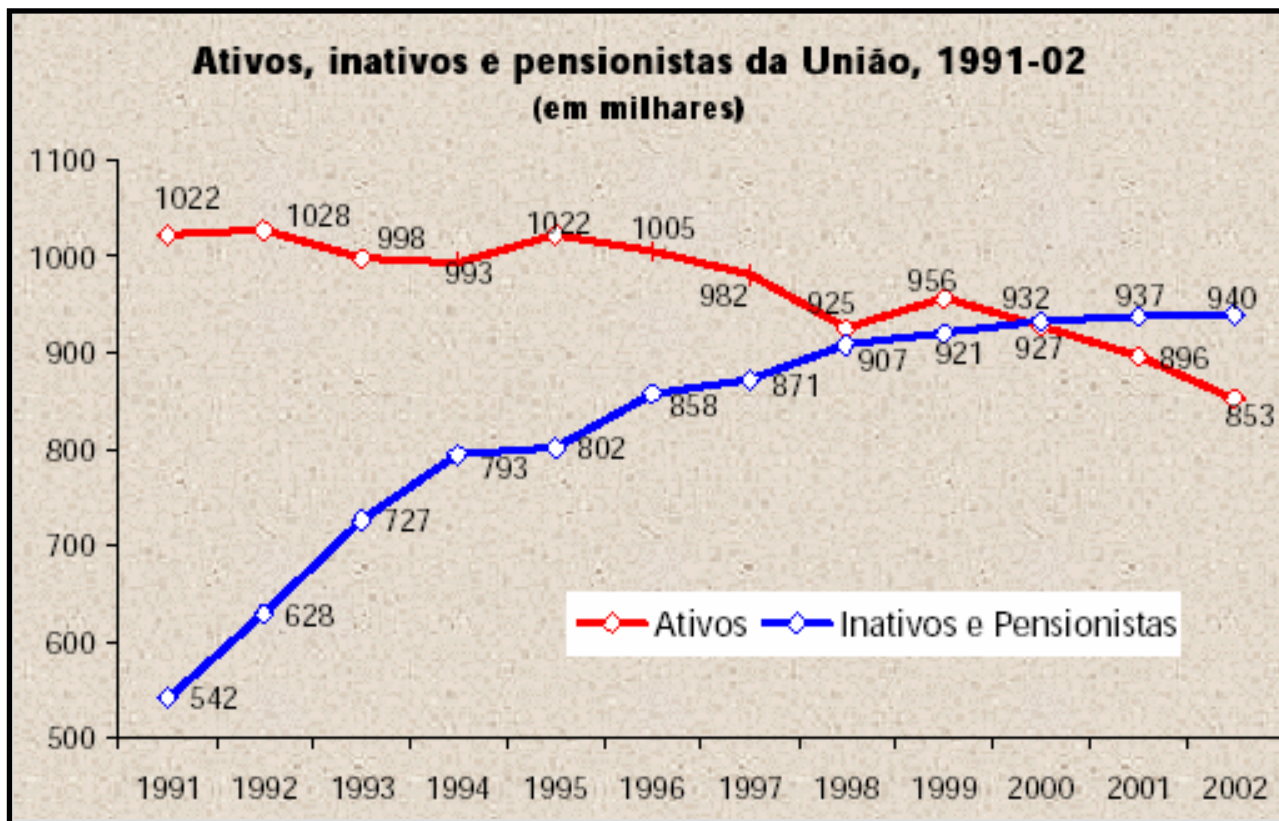
O crescimento brutal da Carga Tributária Brasileira nas últimas décadas

A arrecadação tributária global tem crescido fortemente no Brasil, passando de 13,8% do PIB em 1947 para 35,9% do PIB em 2002



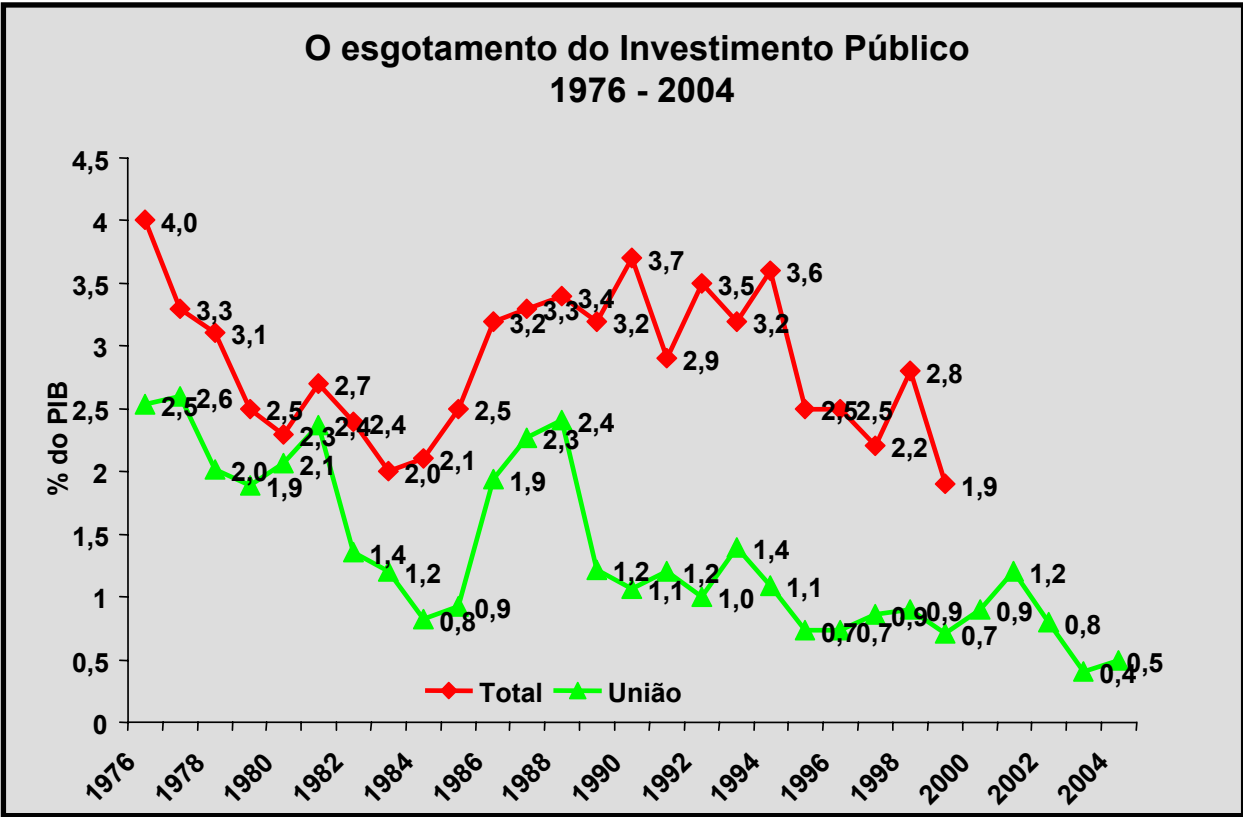
Despesas que não são voltadas para as áreas prioritárias

A relação entre o número de ativos (contribuintes) e o de inativos da União passou de cerca de “2 por 1” para menos de “1 por 1” no espaço de 11 anos



O Crescimento da Carga Tributária não foi capaz de produzir um Estado mais investidor

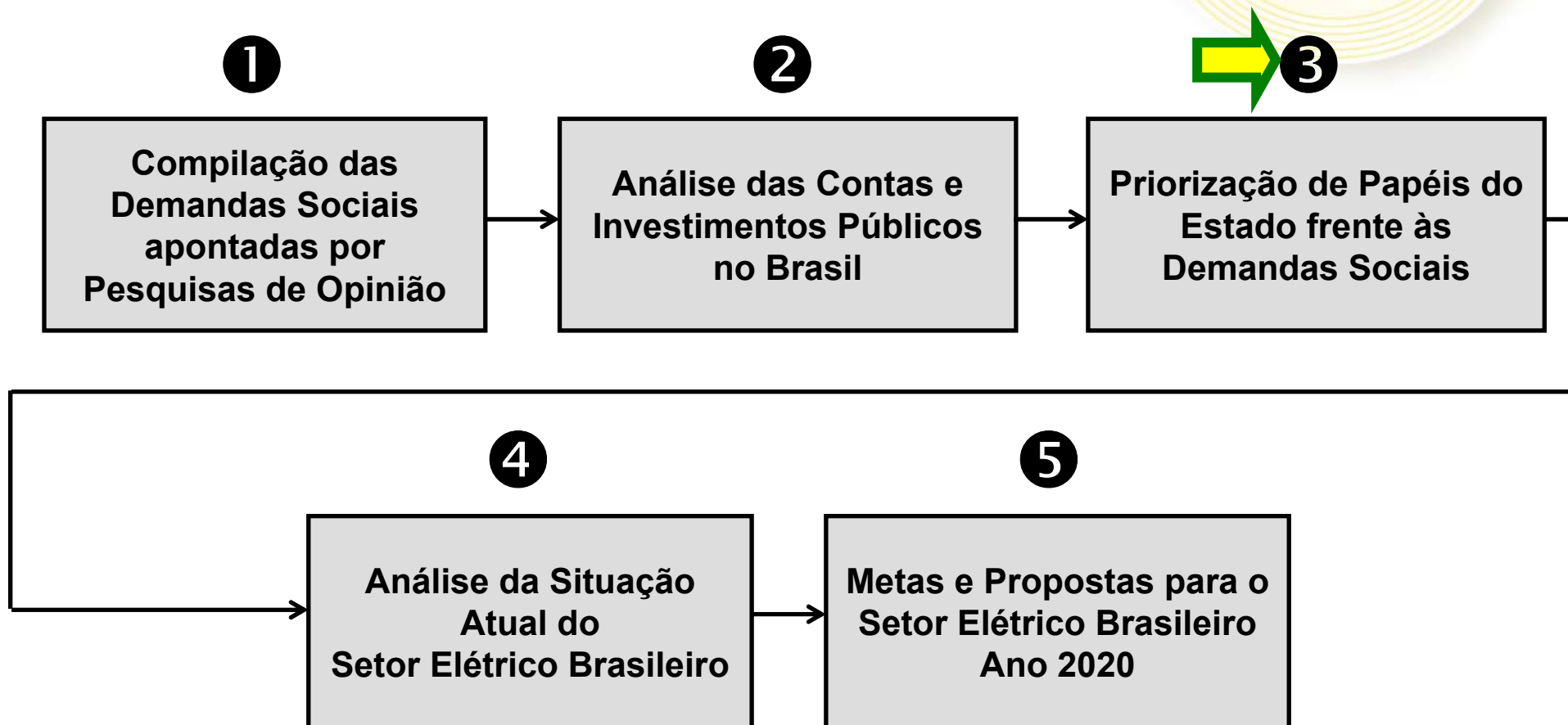
A despeito do crescimento da carga tributária, os investimentos públicos têm caído sistematicamente nos últimos 30 anos



Constatação:

Redução da Capacidade de Investimento do Estado

A Metodologia de Construção da Agenda 2020



O Conceito de Capital Social como Ferramenta para focar o Papel do Estado

Bebê #1

- Nascido em Jordão (AC)
- 95,32% de miseráveis (PNUD)

Bebê #2

- Nascido em Harmonia (RS)
- 1,16% de miseráveis (PNUD)

Qual ação do Estado oferece melhores chances para que o Bebê #1 tenha as mesmas oportunidades que o Bebê #2 de:

- crescer com saúde?
- ter boa educação básica pública e obter boa colocação profissional?
- ter uma vida segura, sem sofrer a barbárie da violência?

Ação A

Investir recursos do Estado na construção de **Usinas e Linhas de Transmissão** de energia elétrica

Ação B

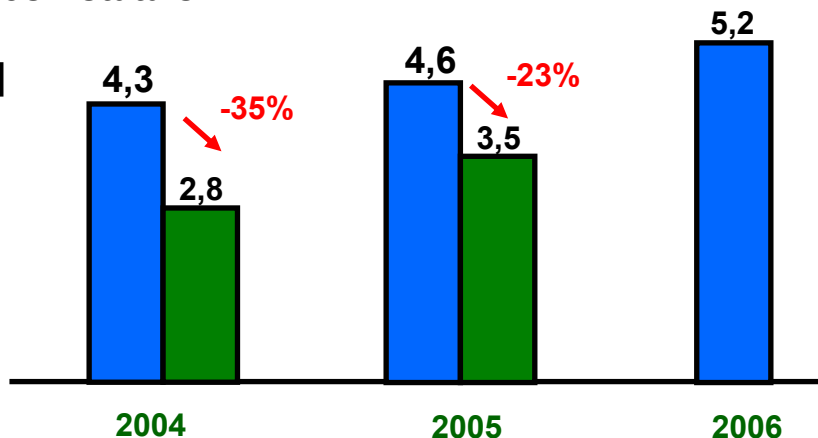
Investir em **Saúde Pública, Educação Básica e Segurança Pública**, atraindo empreendedores privados para o setor elétrico

A Visão Pragmática sobre Investimentos Estatais e Privados

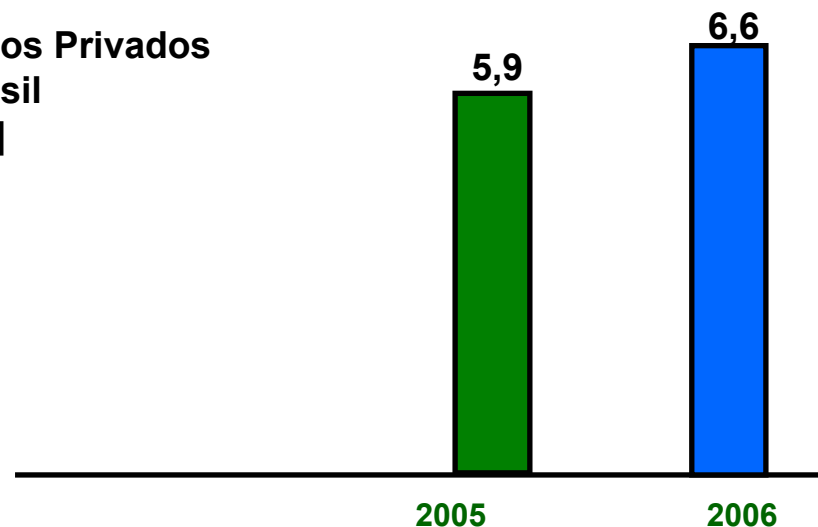
Investimentos Estatais

Eletrobras
[R\$ bilhões]

■ Planejado
■ Realizado



Investimentos Privados
Acende Brasil
[R\$ bilhões]



- O planejamento de investimentos estatais não tem se materializado
- O Investimento privado é maior que investimento da Eletrobras:
 - **empreendedores privados investiram 68% a mais que a Eletrobras em 2005**

Retorno dos Investimentos e Planos de Investimentos das Estatais no Setor Elétrico

Alguns Exemplos

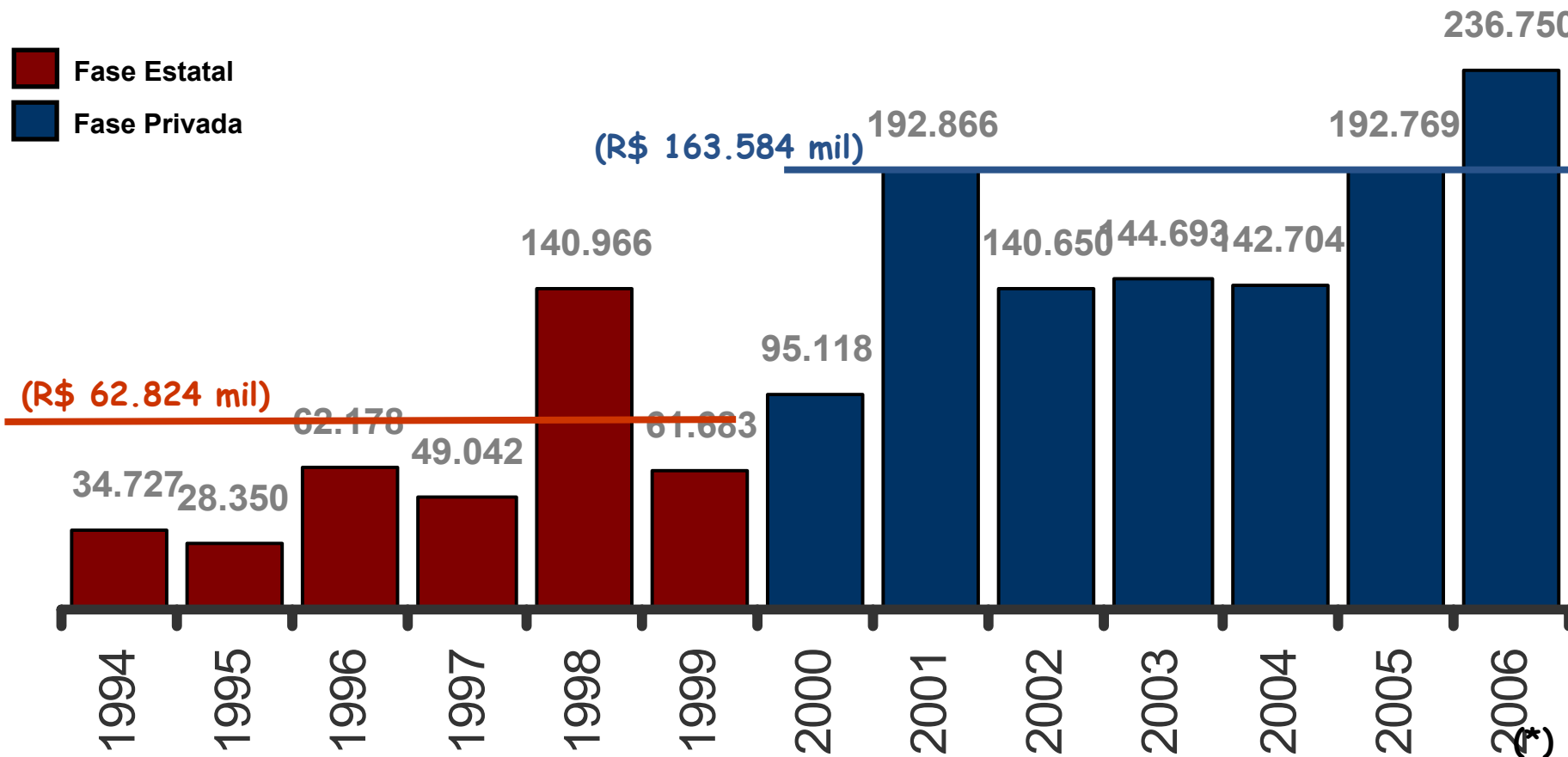


- **Eletronorte:**
 - operando no **prejuízo há 10 anos**
 - em 2004 – **prejuízo de R\$ 1 bilhão**
 - em 2005 – **prejuízo de R\$ 323 milhões**
 - **planeja investir R\$607 milhões** em linhas de transmissão em 2006
- **Eletrobras:**
 - primeiro trimestre de 2006 – **prejuízo de R\$ 142 milhões**
 - **planeja investir R\$ 5,2 bilhões** em 2006
- **Parque mais antigo de Linhas de Transmissão estatais:**
 - remuneração **negativa ou inferior a 3%**

Atuação Privada e Capacidade de Investimento

Distribuidora do Nordeste Privatizada em Dezembro de 2000

Nível de investimento



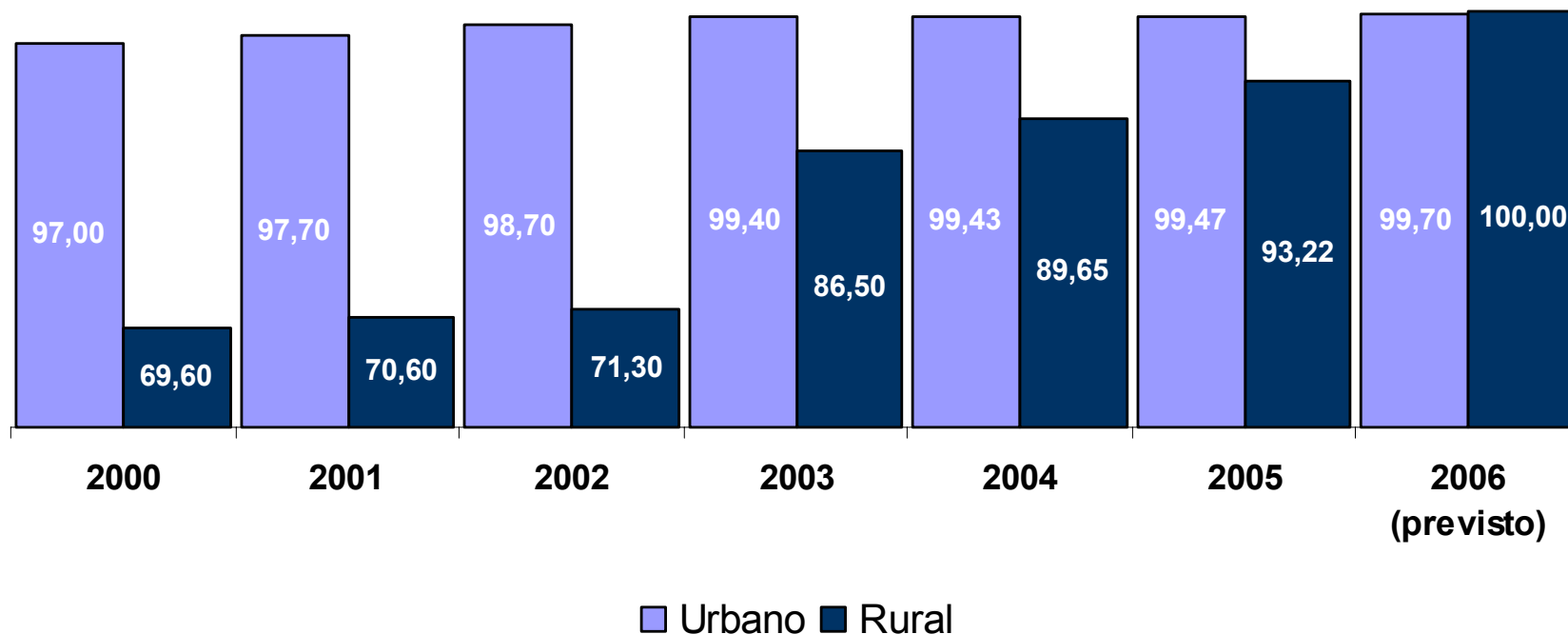
(*) 2006 previsão

Atuação Privada e Capacidade de Gestão

Distribuidora do Nordeste Privatizada em Dezembro de 2000



Programa de Eletrificação Rural

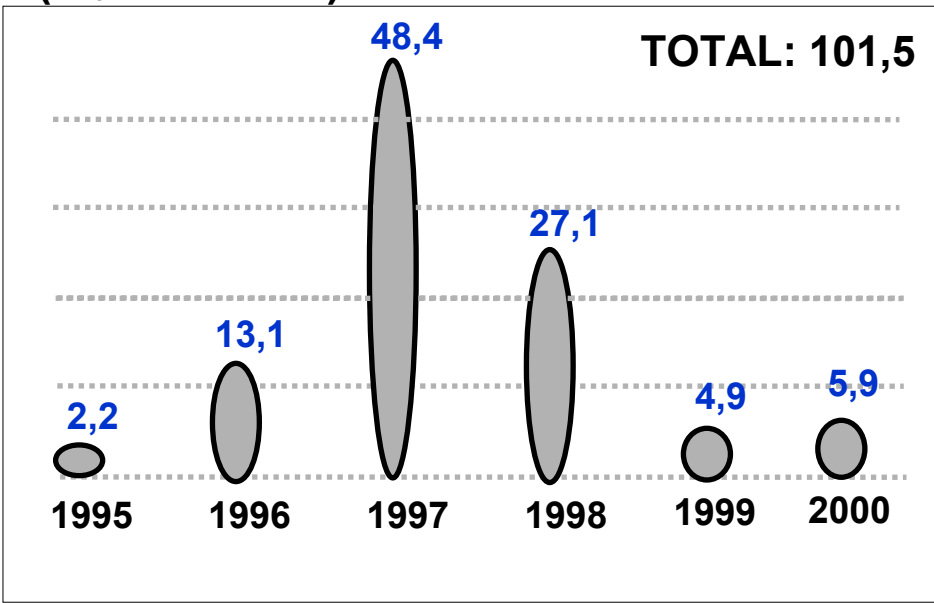


Investimentos atualizados em Milhões R\$

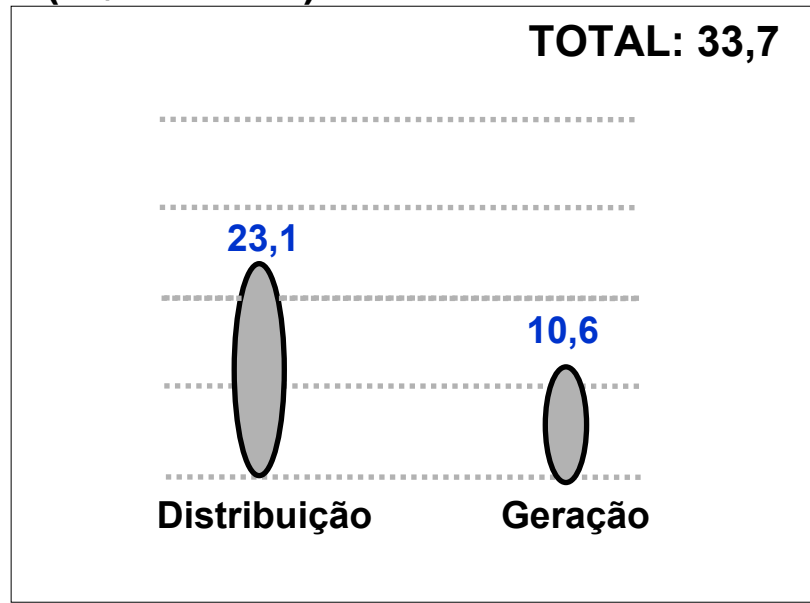
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
26,96	56,93	57,71	21,32	46,89	75,62	82,82

O Estado Brasileiro atraiu grandes volumes de recursos privados para o Setor Elétrico nos últimos 10 anos

Montante arrecadado pelo Tesouro
Privatizações do Setor Elétrico
(R\$ bilhões *)



Investimentos Privados - CBIEE
Pós-Privatizações
(R\$ bilhões)



Como foi possível atrair R\$135 Bilhões em 10 anos?

(*) Corrigidos ao custo médio de 7% ao ano da data do leilão até Julho de 2004. Taxa de Câmbio: R\$1 = US\$3,03

O Estado Brasileiro deveria se focar nas áreas prioritárias e atrair o empreendedor privado para áreas de infra-estrutura

Opinião pública consistentemente:

- Prioriza como ações do Estado as áreas de Saúde, Educação e Segurança
- Não vê infra-estrutura como atividade prioritária do Estado

Estatais do setor elétrico têm apresentado rentabilidade incompatível com seus planos de investimento

O setor elétrico já foi capaz de atrair grandes volumes de recursos privados

Diretrizes Estratégicas da Agenda 2020:

• Focar o orçamento do Estado em Saúde, Educação e Segurança.

• Aumentar a contribuição das estatais para investimentos em Saúde, Educação e Segurança:

- Melhorando a rentabilidade dos ativos atuais;
- Assegurando rentabilidade adequada a novos investimentos.

• Criar um ambiente indutor de investimentos privados.

A Metodologia de Construção da Agenda 2020

1

Compilação das Demandas Sociais apontadas por Pesquisas de Opinião

2

Análise das Contas e Investimentos Públicos no Brasil

3

Priorização de Papéis do Estado frente às Demandas Sociais

➔ 4

Análise da Situação Atual do Setor Elétrico Brasileiro

5

Metas e Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro Ano 2020

- A **estrutura institucional** atual está alinhada a princípios de transparência e neutralidade?
- O **planejamento da expansão** atende aos princípios de eficiência e racionalidade econômica?
- Quais os caminhos para diminuir o excesso de **tributos e encargos**?
- Como promover uma **política tarifária** compatível com a renda do consumidor e que permita o retorno dos investimentos?

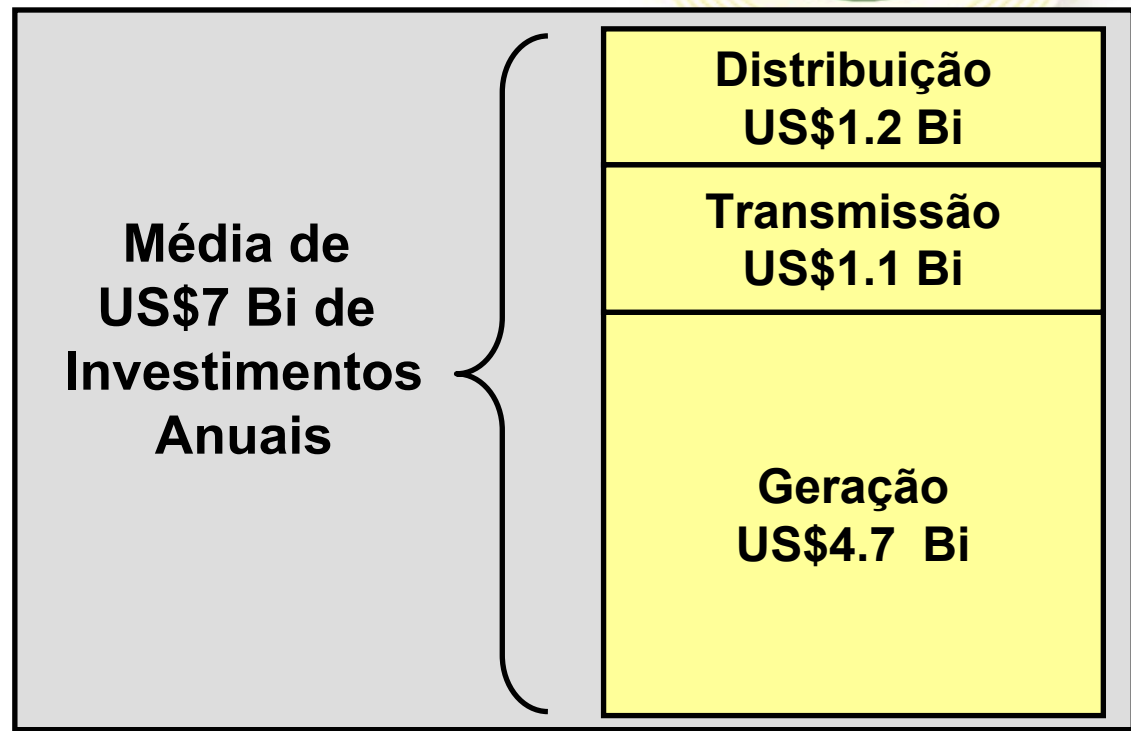
OU RESUMINDO

O setor elétrico caminha em direção à sustentabilidade?

O Setor Elétrico demandará uma média anual de US\$7 bilhões em investimentos na próxima década

Cenário de crescimento do PIB ao longo da próxima década:

- 3 primeiros anos: 4.5%
- 7 últimos anos: 3.4%



60% ou mais dos investimentos deverão ser de origem privada

As dimensões da Agenda 2020, a atração de recursos privados e a Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro



Ambiente atrativo ao Empreendedor Privado?

Setor Elétrico sustentável?



1. Objetivos da Agenda 2020

2. A Construção da Visão para a Agenda 2020

3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:

- Estrutura Institucional
- Planejamento e Expansão
- Tributos e Encargos
- Política Tarifária

BLOCO I

- | | |
|-----------------------------|------------------|
| • Silas Rondeau | MME |
| • Rodolpho Tourinho | Senado |
| • Firmino Sampaio | GP Investimentos |
| • Ivan Marques Camargo | UnB |
| • Armando Castelar Pinheiro | IPEA |

1. Objetivos da Agenda 2020

2. A Construção da Visão para a Agenda 2020

3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:

- Estrutura Institucional
- Planejamento e Expansão
- Tributos e Encargos
- Política Tarifária

- **MME: governo, investidor ou regulador?**

- **As estatais são empresas orientadas para a rentabilidade ou ferramentas de condução de políticas públicas?**
- **É possível haver competição entre estatais e privados, quando no conselho das estatais há pessoas do Ministério de Minas e Energia que:**
 - **participaram da construção das regras e**
 - **conhecem parâmetros desconhecidos pelos competidores privados?**

- **Decisões do CNPE e do CMSE não transparentes**

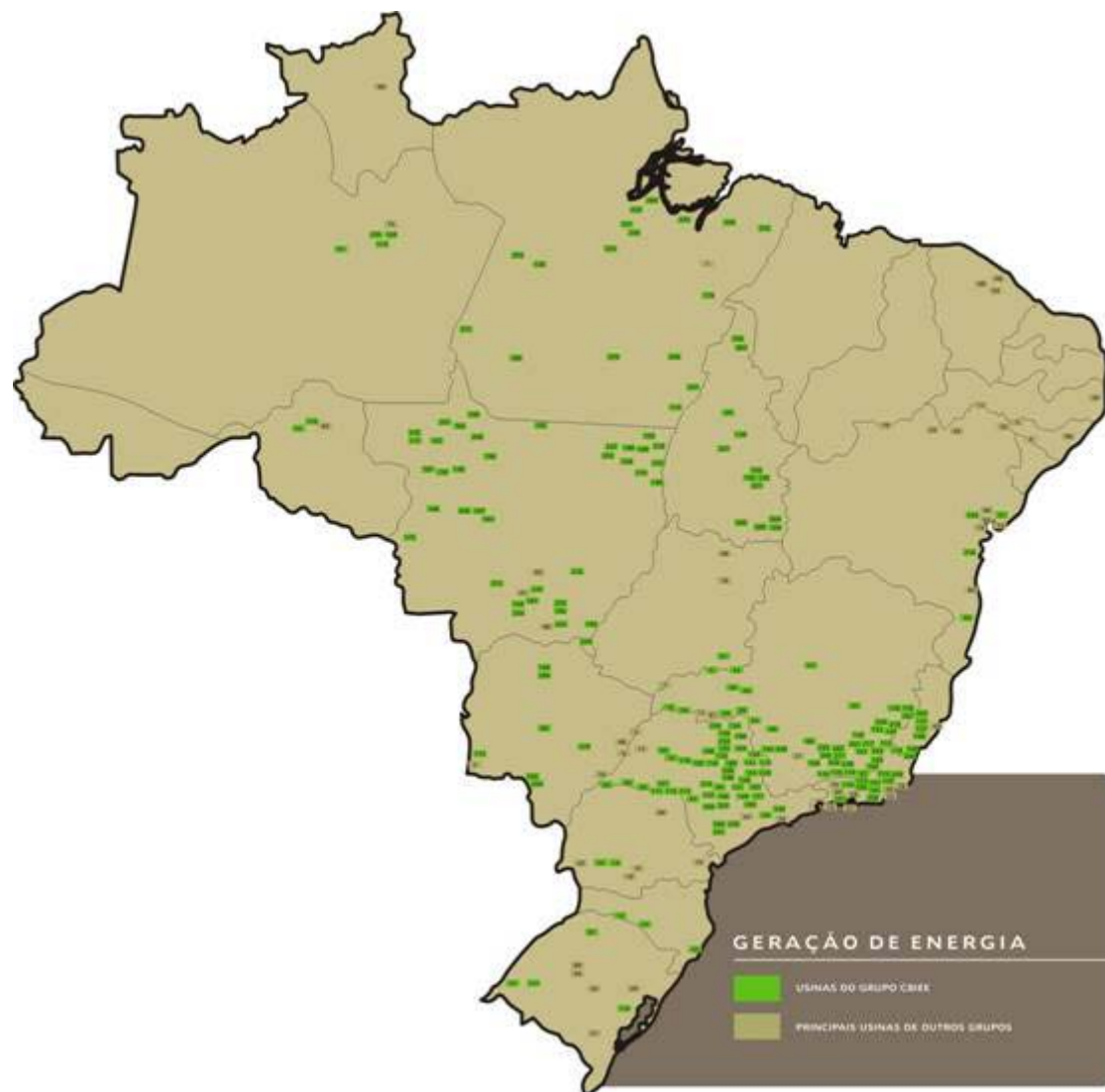
- **Qual o papel atual do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)? Qual o grau de transparência de suas decisões?**
- **Por que não publicar as atas de reunião do CNPE e do CMSE (Conselho de Monitoramento do Sistema Elétrico), como é feito pelo COPOM?**

Participação de Mercado dos Empreendedores Privados Investimentos em Distribuição



- 32 Distribuidoras
- 33 Milhões de Clientes
- 3.209 Municípios
- 66% de *Market Share*

Participação de Mercado dos Empreendedores Privados Investimentos em Geração



- 201 Usinas
- 18.000 MW instalados
- 28% de *Market Share*

- **Participação dos empreendedores privados no processo de tomada de decisões incompatível com sua relevância**

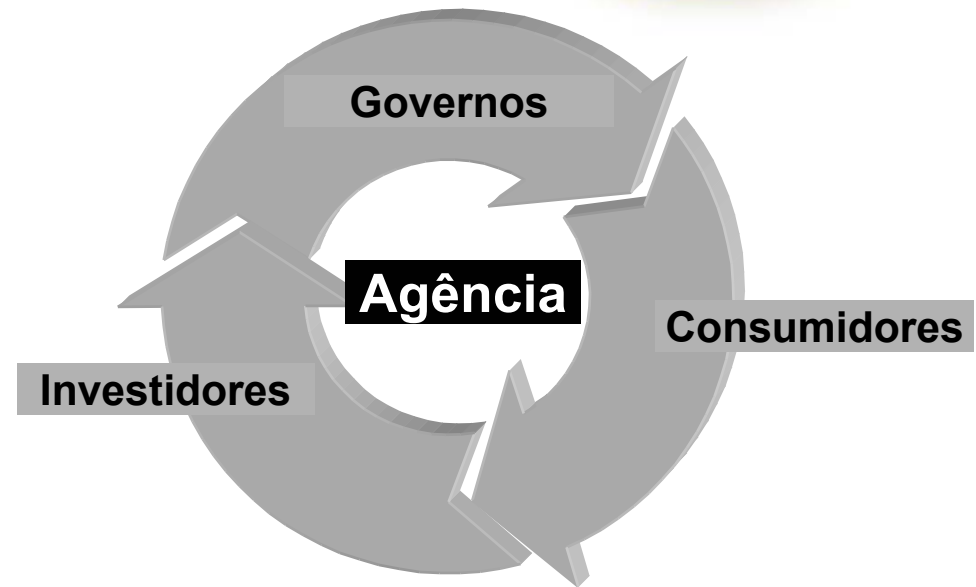
- **Por que os agentes responsáveis por 66% da distribuição e 28% da geração de energia não recebem o mesmo nível de informação que as estatais merecem?**
- **Por que os privados não participam das reuniões do CNPE e do CMSE?**

O Desafio da ANEEL

TEORIA DA CAPTURA:

- Setor com altos custos fixos e longa maturação de investimentos
- Governo “tem incentivo” para não honrar seus compromissos

Missão das Agências



Assegurar neutralidade entre governos, consumidores e investidores:

- Agente de Estado (imune às pressões de Governos)
- Visão de longo prazo / guardião do consumidor do futuro
- Comportamento técnico e apolítico

O Contingenciamento de Recursos da ANEEL

[R\$ Milhões]	2001	2002	2003	2004
Orçado	162	175	202	219
Liberado	161	112	86	86
Contingenciamento	< 1%	36%	57%	61%

90% das Receitas da ANEEL são oriundas da Taxa de Fiscalização, embutida na Tarifa, o que corresponderia a 0,24% da Tarifa em 2003

Opção 1:

Acabar com Contingenciamento para melhorar qualidade de Regulação e Fiscalização da ANEEL (Consumidor já paga por essa qualidade)

Opção 2:

Desonerar Tarifa (Impacto estimado de - 0,15%) (*) e acabar com apropriação indevida de recursos

- **ANEEL sem autonomia administrativa**

- **Uma instituição sem autonomia financeira e que depende da liberação de recursos do Governo tem autonomia administrativa?**
- **Um projeto de lei que prevê:**
 - um “ouvidor” do Governo com acesso a informações da Diretoria;
 - um “contrato de gestão” feito pelo Governo e cujas metas implicam contingenciamento de recursos

caminha no sentido de autonomia da ANEEL em relação ao Governo?
- **O plano de capacitação, o plano de carreira, e a remuneração dos quadros da ANEEL são compatíveis com os desafios que seus profissionais enfrentam e com a qualificação que lhes é exigida?**

- 1. Objetivos da Agenda 2020**
- 2. A Construção da Visão para a Agenda 2020**
- 3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:**
 - Estrutura Institucional**
 - Planejamento e Expansão**
 - Tributos e Encargos**
 - Política Tarifária**

Leilão de Energia Velha de Dez/2004

- Maciça participação de estatais (93,4% da energia vendida)
- Mercado penalizou ações das estatais devido aos preços predatórios (-20%)

	2005-08	2006-08	2007-08
Vendedor	Energia (MWh)	Energia (MWh)	Energia (MWh)
Estatais	587.181.744	460.530.576	66.200.832
Privadas	47.757.168	15.077.520	15.989.184
TOTAL	634.938.912	475.608.096	82.190.016

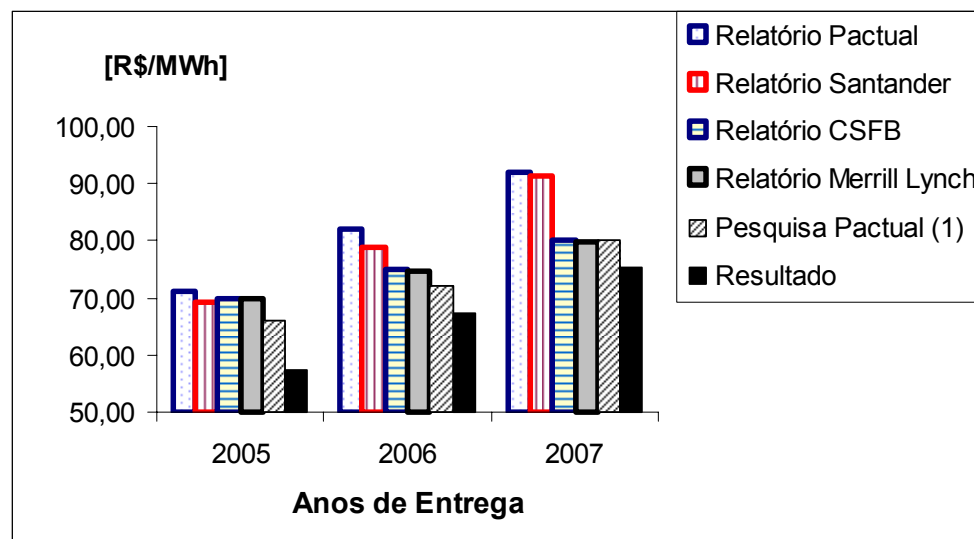
Total Energia Vendida (MWh)	
1.113.913.152	93,4%
78.823.872	6,6%
1.192.737.024	100,0%

93,4% da energia vendida foi estatal

Efeito sobre as ações

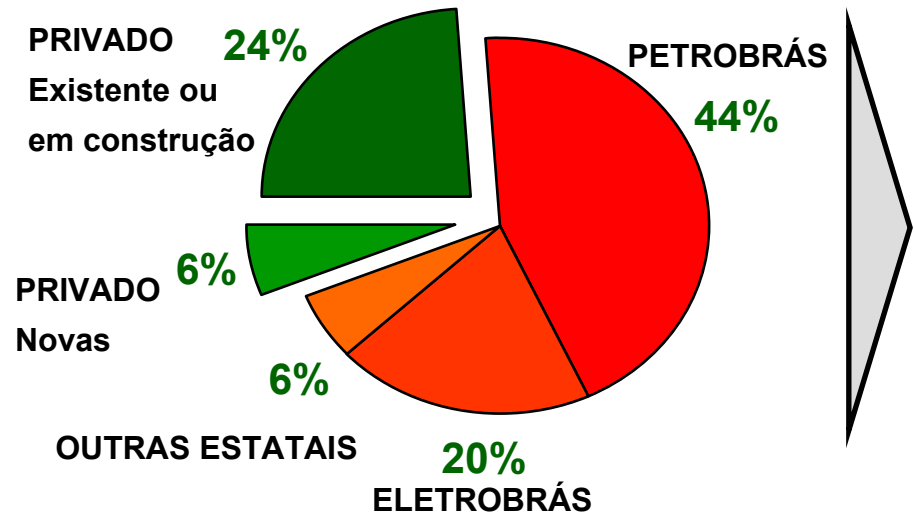
	07 Dez 2004	08 Dez 2004	07 e 08 Dez 2004
Eletronorte ON	-9,80%	-13,00%	-21,53%
Eletrobras ON	-9,24%	-11,94%	-20,08%
Cesp PN	-9,67%	-10,37%	-19,04%
Copel PNB	-7,83%	-4,58%	-12,05%
Cemig PN	-5,42%	-2,72%	-7,99%
Celesc PNB	-3,50%	-1,81%	-5,25%
Cemig ON	-1,81%	-2,07%	-3,84%
Light ON	-2,22%	0,97%	-1,27%
Eletrobras PNB	-3,71%	2,89%	-0,93%
Tractebel ON	-0,10%	0,43%	0,33%
Trans. Paulista PN	-0,46%	2,11%	1,64%
IEE	-4,15%	-2,16%	-6,22%
Ibovespa	-2,51%	-0,08%	-2,59%

Previsões de Preços dos Analistas

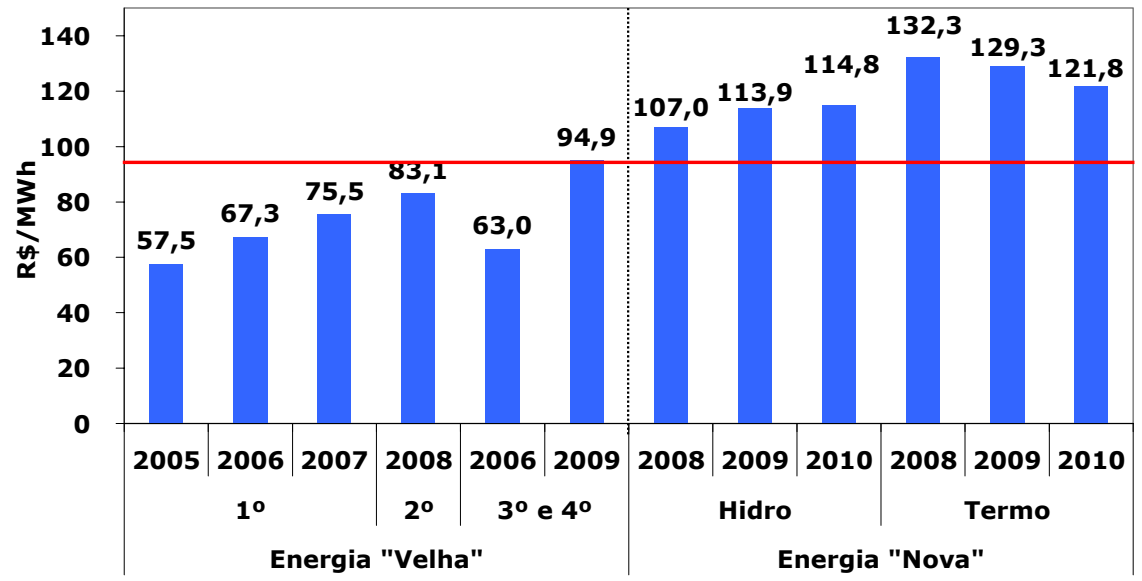


Leilão de Energia Nova de Dez/2005

Origem de Capital e Preços



- 70% da energia vendida foi estatal
- 70% da energia vendida de origem térmica



- Segregação produzida pelo conceito "energia velha / energia nova" destruiu bilhões de dólares para geradores existentes, estatais e privados

Leilão de Energia Nova de Dez/2005

Conclusões

- Demandas de 2008 e 2009 não atendidas:
 - 2008: 49% do incremento do mercado cativo
 - 2009: 53% do incremento do mercado cativo
- Governo passou a comunicar “não atendimento em relação à demanda total”. Anteriormente comunicava “não atendimento em relação à demanda do leilão”.

**Baixa Transparência
nas Informações**

- Preço-limite baixo pode ter barrado, na 1a. Fase, hidrelétricas mais baratas que termelétricas vencedoras

**Modicidade
Tarifária
prejudicada**

- Cortes de demanda durante o leilão:
 - sugerem a fixação arbitrária de preço pelo leiloeiro;
 - excluem competidores;
 - no limite expõem o consumidor à falta de energia ou ao preço *spot* (muito mais alto em cenários de escassez)

**Regras instáveis e
artificiais**

- Leilões com regras instáveis e ineficientes
- Participação das estatais sem racionalidade econômica

- 1. Retomada do planejamento de longo prazo deve ser mantida e aprimorada**
- 2. Contempla apenas um cenário para a expansão da geração, baseado em projetos estruturantes com forte participação estatal**
- 3. Estruturantes (13.259 MW) representam 1/3 da expansão até 2015 (40.939 MW):**
 - Nuclear de Angra III (1.309 MW)
 - Hidrelétricas do Madeira (6.450 MW)
 - Hidrelétrica Belo Monte (5.500 MW)
- 4. O elevado custo desses projetos é um obstáculo para sua implementação:**
 - Estimativa para construção do Rio Madeira:
 - Geração: R\$ 20 bilhões (19% dos investimentos em geração até 2015)
 - Transmissão: R\$ 10 bilhões adicionais

Orçamento e Cronograma de Projetos Estruturantes Caso Tucuruí

1) Orçamento inicial feito em 1974:

- US\$ 4,2 Bilhões
 - US\$ 3,6 Bilhões para construção
 - US\$ 0,6 Bilhões para juros

2) Custo Real em 1986, após revisões e atrasos:

- US\$ 7,5 Bilhões
 - US\$ 5,5 Bilhões para construção
 - US\$ 2,0 Bilhões para juros

Sobrecusto
Absoluto ²
de
77%

3) Área Inundada Inicial:

- 1.630 Km²

4) Área Inundada Final:

- 2.850 Km²

Aumento de
Área Inundada
de
74%

1) Fonte: Estudo do World Commission on Dams, disponível em <http://www.cbiee.com.br/archives/files/csbrmain.pdf>

2) Sobrecusto relativo considerando o aumento de potência instalada com a revisão: 35%.

- **Retoma planejamento de longo prazo**
- **Não oferece cenários alternativos**
- **Aposta excessiva em projetos estruturantes**

1

Compilação das Demandas Sociais apontadas por Pesquisas de Opinião

2

Análise das Contas e Investimentos Públicos no Brasil

3

Priorização de Papéis do Estado frente às Demandas Sociais

4

Análise da Situação Atual do Setor Elétrico Brasileiro



5

Metas e Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro Ano 2020

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• MME: governo, investidor ou regulador?• Decisões do CNPE e do CMSE não transparentes• Participação dos empreendedores privados no processo de tomada de decisões incompatível com sua relevância
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• Restabelecer força e influência do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)• Fim da participação de executivos do governo que ocupam cargos de conselho de estatais na concepção de regras de leilões e outros processos competitivos• Definir critérios de governança que explicitem metas de rentabilidade das estatais, com auditoria pré-definida• Participação de empreendedores privados nas reuniões do CNPE e do CMSE (Conselho de Monitoramento do Sistema Elétrico)• Publicação das atas do CMSE 5 dias úteis após cada reunião

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• ANEEL sem autonomia administrativa
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• Fim do contingenciamento da ANEEL ou redução das tarifas• Aprimoramento da Estrutura Organizacional da ANEEL• Planos de Carreira e Capacitação Nacional e Internacional• Aumento da remuneração dos profissionais da ANEEL para compatibilizá-la com a responsabilidade que detêm• Projeto de Lei das Agências Reguladoras:<ul style="list-style-type: none">– Substituir Contrato de Gestão por Plano de Trabalho (plano elaborado pela Agência e ajustado com Ministério da área)– Prestação de contas ao Congresso– Não cumprimento de metas não deve implicar contingenciamento de recursos pelo Executivo– Ouvidor deve ser sabatinado pelo Congresso– Ouvidor sem acesso prévio a informações confidenciais

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Leilões com regras instáveis e ineficientes• Participação das estatais sem racionalidade econômica
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• Transparência na comunicação dos resultados: Comunicar índice de atendimento em relação à demanda prevista <u>para o leilão</u> (e não em relação à demanda total)• Eliminação ou aumento do preço-teto: Preço-teto impõe regra artificial e afasta investidores que buscam racionalidade e investimentos sustentáveis• Eliminação dos cortes de demanda: Cortes de demanda distorcem o leilão e dão ao leiloeiro o poder de formar preços e eliminar competidores• Solução do limite para compensação da UBP: Viabilizando projetos mais adiantados e mais competitivos• Transparência no comportamento das estatais: Garantindo a preservação do patrimônio do Estado e preservando a isonomia competitiva com privados

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Plano Decenal retoma planejamento de longo prazo• Plano Decenal não oferece cenários alternativos e faz aposta excessiva em projetos estruturantes
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• Incluir alternativas para diversificar o risco• Assegurar que a priorização e avaliação de viabilidade econômica leve em conta a otimização global do custo• Dar transparência a custos de geração e transmissão• Esclarecer fonte de abastecimento de gás natural para as termelétricas• Estabelecer critério para definição do valor aceitável para a profundidade do déficit (Qualquer déficit? 1% da carga?)

Debate

- **Estrutura Institucional**
- **Planejamento e Expansão**

• Silas Rondeau	MME
• Rodolpho Tourinho	Senado
• Firmino Sampaio	GP Investimentos
• Claudio J. D. Sales	Instituto Acende Brasil
• Ivan Marques Camargo	UnB
• Armando Castelar Pinheiro	IPEA

Coffee Break

1. Objetivos da Agenda 2020

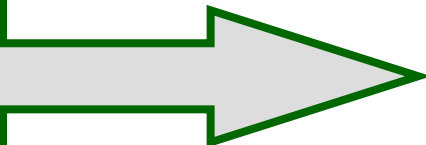
2. A Construção da Visão para a A

3. Agenda Proposta para viabiliza

- Estrutura Institucional
- Planejamento e Expansão

• Jerson Kelman	Aneel
• Paulo Pedrosa	Abraceel
• Danilo Dias	Grupo Cataguazes
• Raul Velloso	Economista

- Tributos e Encargos
- Política Tarifária



BLOCO II

1

Compilação das Demandas Sociais apontadas por Pesquisas de Opinião

2

Análise das Contas e Investimentos Públicos no Brasil

3

Priorização de Papéis do Estado frente às Demandas Sociais

➔ 4

Análise da Situação Atual do Setor Elétrico Brasileiro

5

Metas e Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro Ano 2020

- 1. Objetivos da Agenda 2020**
- 2. A Construção da Visão para a Agenda 2020**
- 3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:**
 - Estrutura Institucional**
 - Planejamento e Expansão**
 - Tributos e Encargos**
 - Política Tarifária**

Objetivo do Estudo da Pricewaterhouse Coopers

Quantificação da Carga Tributária Total



Geração

Transmissão

Distribuição



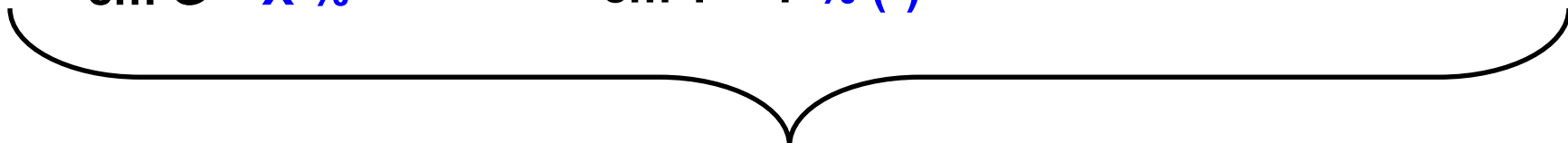
Carga Tributária
em G = **X %**



Carga Tributária
em T = **Y % (*)**



Carga Tributária
em D ≈ **Z%**



Carga Tributária Total = (X + Y + Z) %

 ABCE Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica	 ABDIB	 ABIAPE	 ABRACE	 ABRACEEL Associação Brasileira dos Agentes Concessionários de Energia Elétrica	 ABRADEE	 ABRAGE	 ABRAGEF Associação Brasileira de Produtores e Comerciantes de Energia Elétrica
 ABRAGET	 ABRATE Associação Brasileira dos Grandes Produtores de Energia Elétrica	 AMCHAM Brasil	 APINE Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica	 APMPE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES E MEDIOS PRODUTORES DE ENERGIA ELÉTRICA	 instituto acende Brasil	 FIESP	

Amostra de Empresas consideradas pelo Estudo



Dados IBGE (1):

Faturamento Total do Setor Elétrico para 2004: R\$100.348 milhões

Oferta da amostra : R\$ 75.553 milhões

Representatividade da Amostra: 75,29% do faturamento [2004]

Das 49 empresas analisadas:

Empresas Geradoras: 66% da capacidade instalada [2004]

Empresas Transmissoras: 81% da Receita do segmento [2004]

Empresas Distribuidoras: 87% da energia vendida [2004]

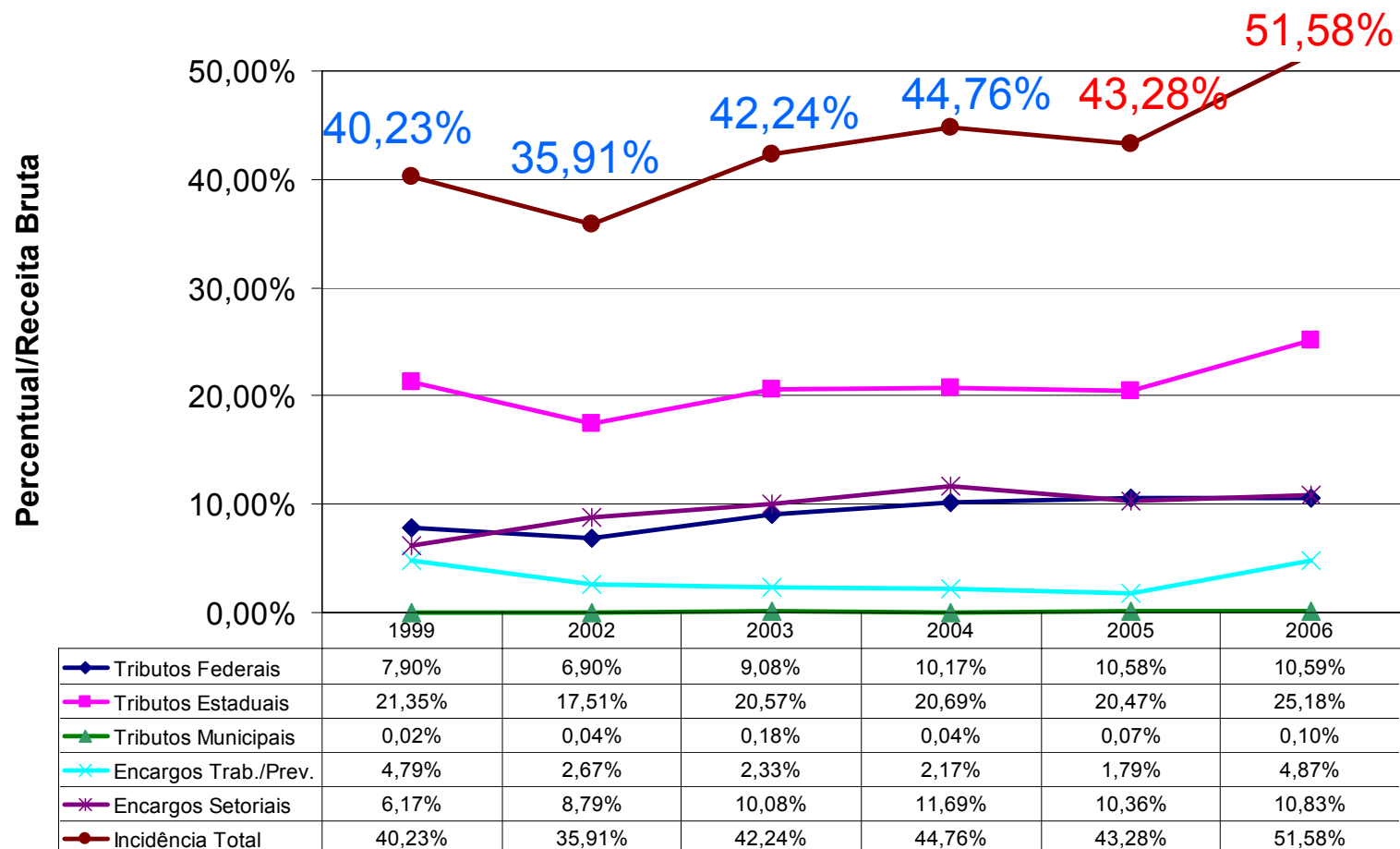
(1) Dados IBGE 2003 (último revisado disponível) para Energia Elétrica – Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)
Oferta total de Bens (SIUP 2003): R\$ 106,71 Bi; Participação do Setor Elétrico: 89%; Oferta do Setor Elétrico 2003: R\$ 94,97 Bi;
Crescimento 2004 (Projeção IBGE): 5,66%; Oferta total do Setor Elétrico Projetada para 2004: R\$ 100,348 bilhões

Universo de Tributos e Encargos analisados pelo Estudo



- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- ISS – Imposto sobre Serviços
- PIS/PASEP – Plano de Integr. Social e Prog. de Form. do Patrim. do Servidor Público
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
- ITR – Imposto Territorial Rural
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
- INSS – Contribuição ao INSS devida pelo Empregador
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- Outros Encargos – SAT, Salário Educação, Sistema “S”
- CCC – Conta de Consumo de Combustível
- RGR – Reserva Global de Reversão
- TFSEE – Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica
- ECE – Encargo de Capacidade Emergencial
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético
- ONS – Contribuição ao Operador Nacional do Sistema Elétrico
- CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

Evolução da Carga Tributária/Encargos



Grupos de Influência, Impostos e Subsídios

Individualmente, todo imposto/encargo/subsídio é plenamente justificável pelos grupos que se beneficiam...

Imposto para Fiscalização dos Serviços

Subsídio para P&D

Subsídio para Baixa Renda

Subsídio a Fontes Alternativas

Subsídio a Combustível para Sistema Isolado

PIS/COFINS para União

ICMS para Estados

Mas quem paga a conta nunca é consultado sobre a importância relativa e consolidada de cada imposto/subsídio...

O Diagnóstico Geral do Setor Elétrico Brasileiro não aponta para Cenários de Sustentabilidade



Tributos e Encargos

- **Nível global de tributos é insustentável**
- **Distorção de finalidade de vários tributos e encargos**
- **Encargos com sérias distorções econômicas**
- **Falta de competitividade em relação a outros setores**

- 1. Objetivos da Agenda 2020**
- 2. A Construção da Visão para a Agenda 2020**
- 3. Agenda Proposta para viabilizar a Visão 2020:**
 - Estrutura Institucional**
 - Planejamento e Expansão**
 - Tributos e Encargos**
 - Política Tarifária**

Qual o real desempenho econômico do setor?

Para responder a essas questões, a Stern Stewart avaliou, de maneira independente, o desempenho econômico das empresas da CBIEE, tendo em vista a sustentabilidade necessária para a manutenção da qualidade dos serviços e para os investimentos futuros

Empresas analisadas no período 1998-2005



AES Sul

AES Tietê

Ampla

Bandeirante

Caiuá

Celb

Celpa

Celpe

Celtins

Cemar

Cemat

Cenf

CFLCL

Cia Nacional de Energia Elétrica

Coelba

Coelce

Companhia Força e Luz do Oeste

Cosern

CPEE

CPFL Paulista

CPFL Piratininga

CSPE

Duke Energy Brasil

Elektro

Eletropaulo

Empresa Elétrica Bragantina

Energipe

Enersul

Escelsa

Jaguari

Light

Mococa

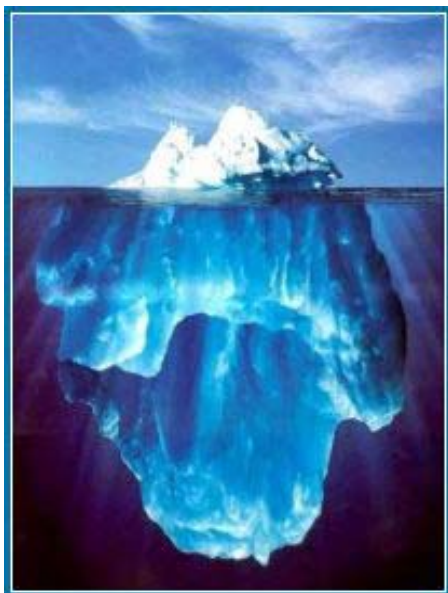
RGE

Saelpa

Tractebel Energia

A importância do Custo de Capital e o EVA (Economic Value Added)

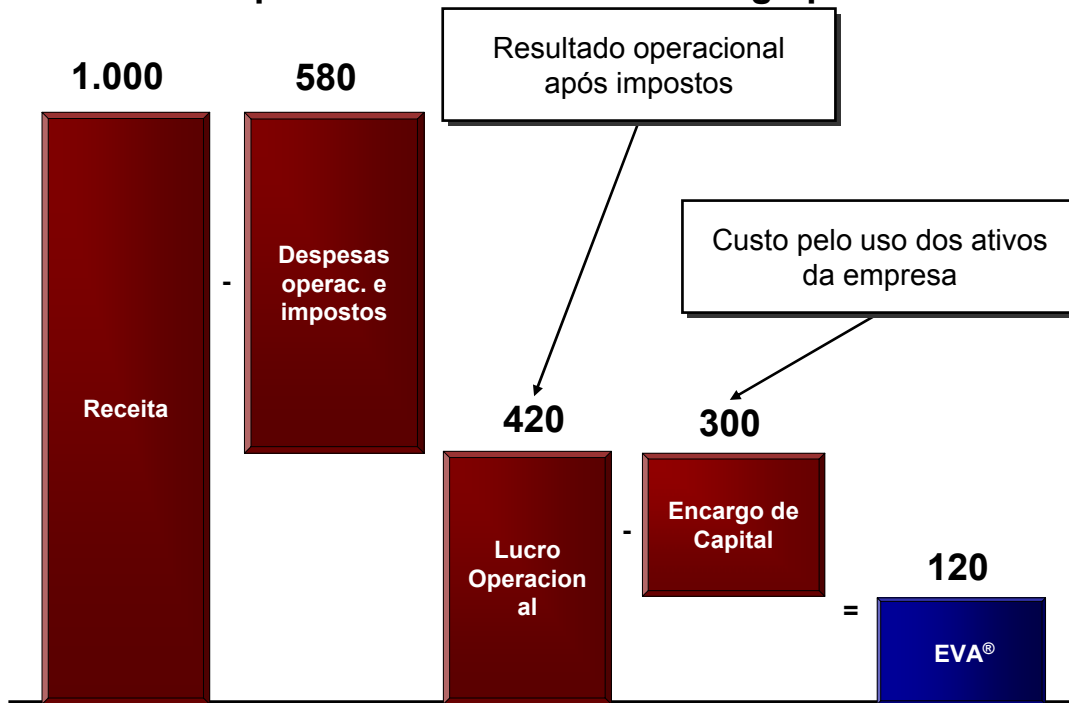
Métricas tradicionais vs EVA



	EBITDA	Lucro Líquido	EVA®
Receitas, Custos e Despesas relacionados à operação	Incluídos	Incluídos	Incluídos
Depreciação	Não considera	Incluída	Incluída
IR/CSSL	Não considera	Incluídos	Incluídos
Custo do capital de terceiros	Não considera	Incluído	Considerado via Encargo sobre o Capital Investido
Custo do capital de acionistas	Não considera	Não considera	Considerado via Encargo sobre o Capital Investido

O Economic Value Added (EVA®)

EVA® = Lucro Operacional menos um Encargo pelo uso do Capital (custo de oportunidade)



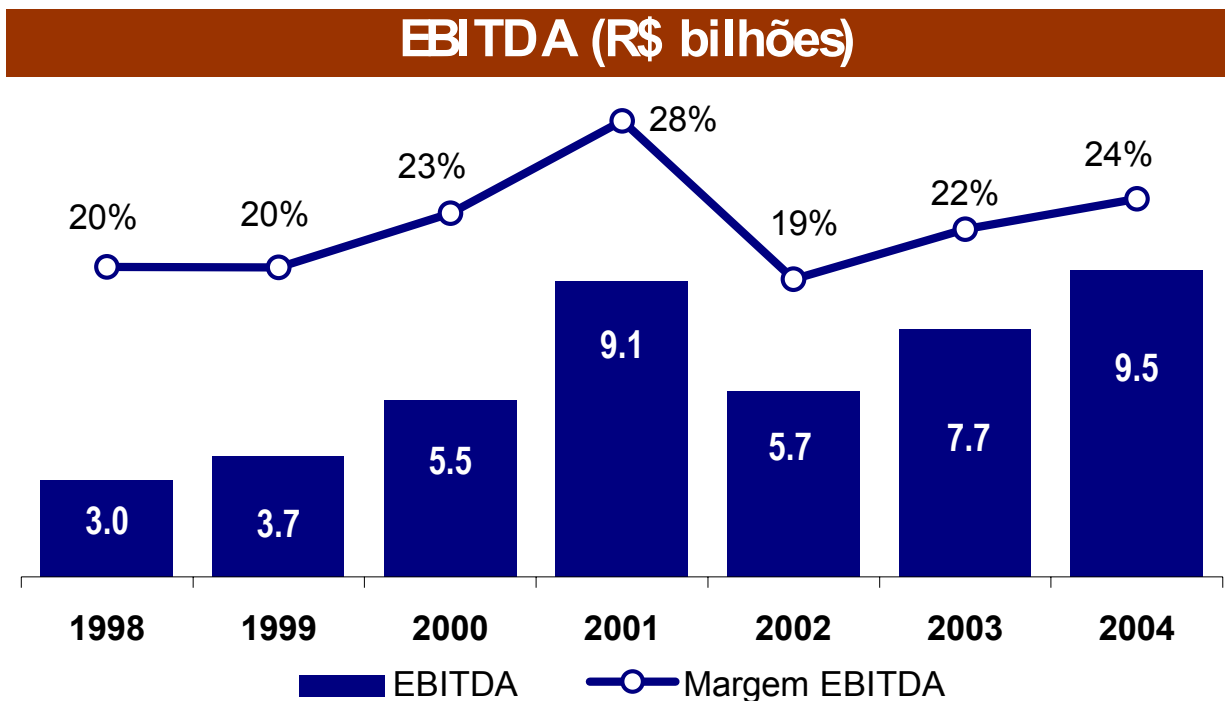
Ilustrativo

Receita	1.000
- Despesas Operacionais	400
- IR @ 30%	180
= Lucro Operacional	420
Capital	2.000
<u>Custo de Capital</u>	x 15%
- Encargo de Capital	300
= EVA®	120

EVA® é uma estimativa de Lucro Econômico depois de subtrair todas as despesas operacionais, inclusive o custo do capital empregado na operação.

Análises tradicionais de rentabilidade não revelam a rentabilidade econômica

EBITDA e Margem EBITDA crescentes (com exceção de 2002).

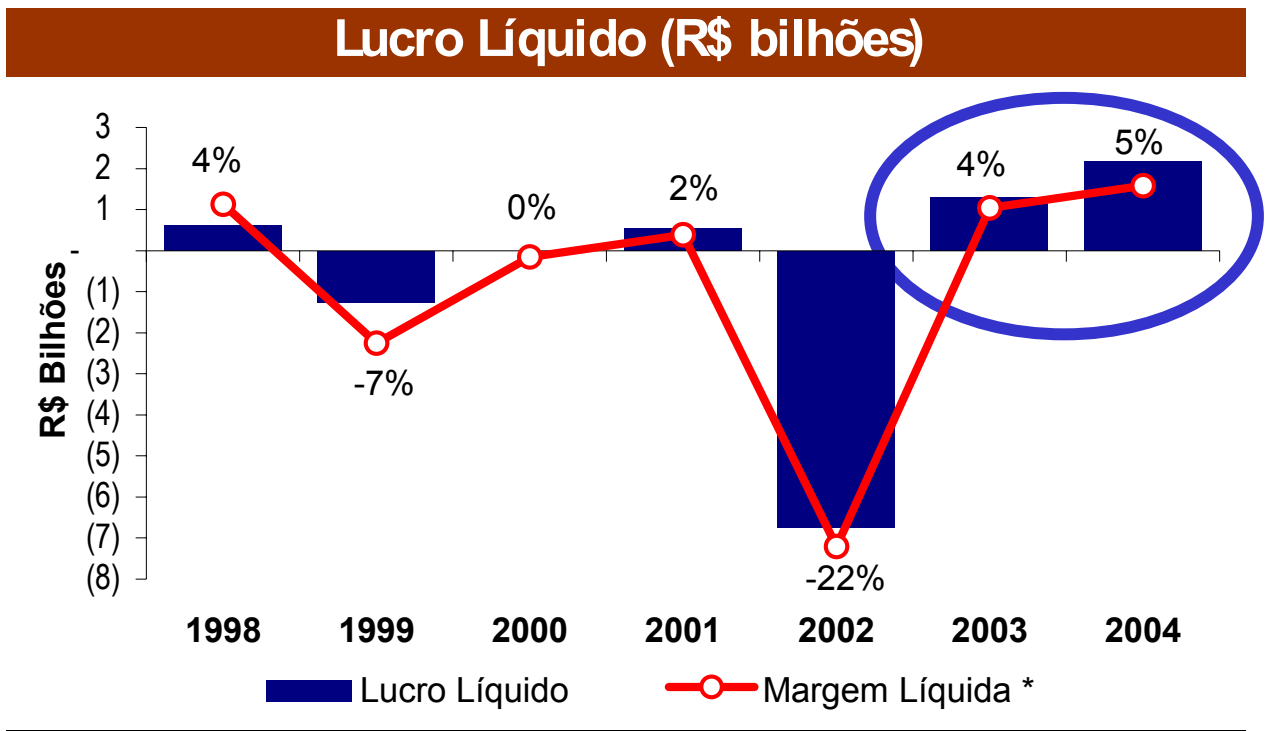


Medidas tradicionais não são adequadas para medir o real nível de rentabilidade econômica

* Margem EBITDA: EBITDA / Receita Líquida

Análises tradicionais de rentabilidade não revelam a rentabilidade econômica

Lucro e Margem de Lucro Líquido: “Tendência de recuperação” a partir de 2003.



Medidas tradicionais não são adequadas para medir o real nível de rentabilidade econômica

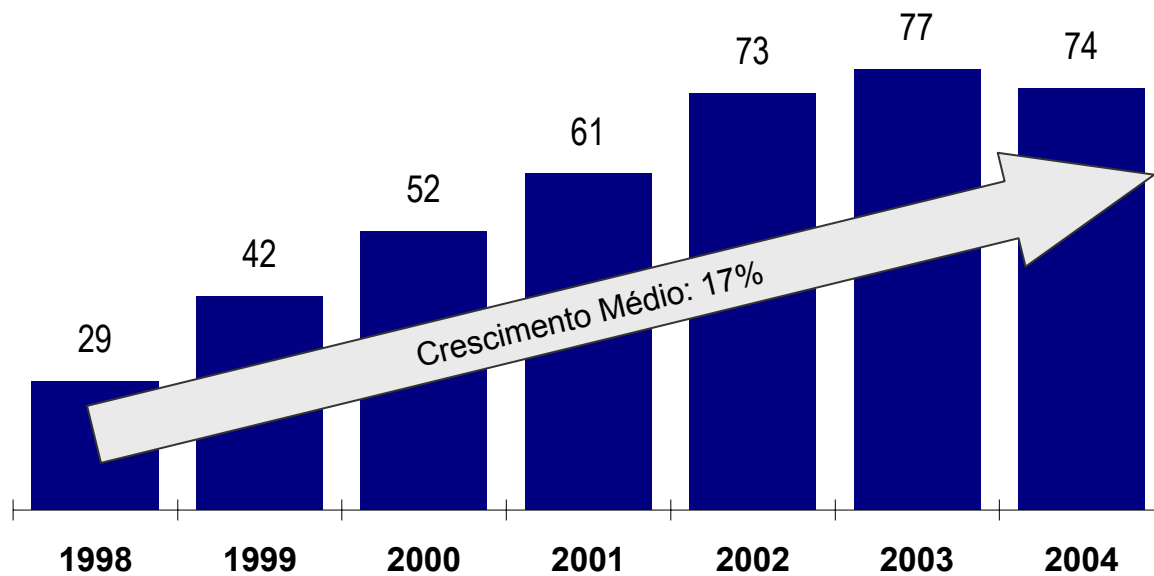
* Margem Líquida: Lucro Líquido / Receita Líquida

Capital Empregado

O capital empregado teve um crescimento médio de 17% ao ano, refletindo:

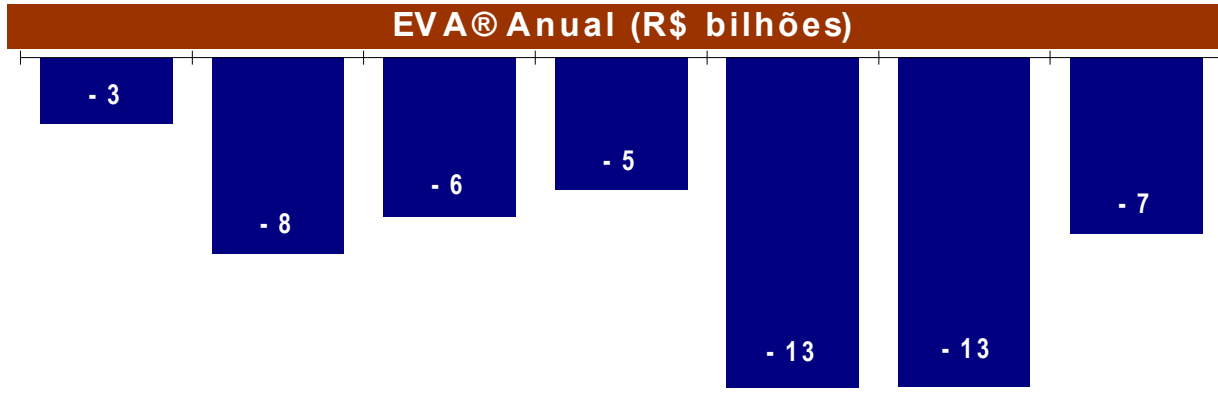
- investimentos em geração e distribuição de energia;
- crescimento do ativo regulatório; e
- acúmulo de prejuízo fiscal gerados no período.

Capital Empregado Médio (R\$ bilhões)

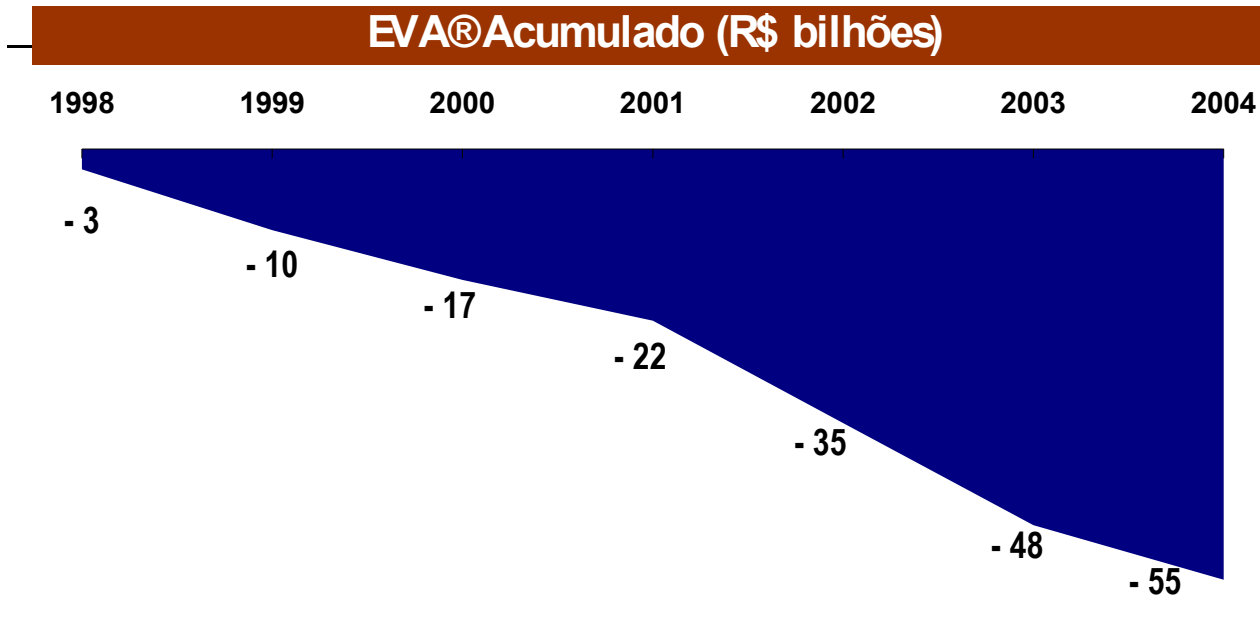


Uso intenso de capital produtivo

A Análise de rentabilidade utilizando o EVA



Rentabilidade inadequada em todo o período



Índice de Correção	Perda acumulada
Sem correção	R\$ 55 Bi
Inflação (IPCA)	R\$ 69 Bi
CDI	R\$ 89 Bi
Custo de Capital	R\$ 94 Bi

As Ameaças do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária das Distribuidoras

- Além da ANEEL, outras entidades passam a “regular” a tarifa (TCU, MP etc)

Autonomia Regulatória

- Abordagem crescentemente invasiva
- Normatização excessivamente detalhista
- Regulação descolada da realidade das empresas
- Falta de autonomia para decisões financeiras

Abandono da Regulação por Incentivos

- Baixa transparência no impacto tarifário gerado pelo aumento na exigência de cumprimento de metas
- Necessidade de rediscussão dos níveis de Qualidade e de Perdas para a sociedade brasileira

Metas dissociadas dos impactos tarifários

- Redefinição das Bases de Remuneração dos ativos
- Definição de trajetória de perdas

Desafios Técnicos

O Diagnóstico Geral do Setor Elétrico Brasileiro não aponta para Cenários de Sustentabilidade



Política Tarifária

- Rentabilidade em recuperação não pode ser justificativa para torniquete tarifário
- Necessidade de previsibilidade nas Revisões Tarifárias
- Várias entidades “regulam” a tarifa

1

Compilação das Demandas Sociais apontadas por Pesquisas de Opinião

2

Análise das Contas e Investimentos Públicos no Brasil

3

Priorização de Papéis do Estado frente às Demandas Sociais

4

Análise da Situação Atual do Setor Elétrico Brasileiro



5

Definição de Metas para o Setor Elétrico Brasileiro - Ano 2020

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Nível global de tributos é insustentável• Distorção de finalidade de vários tributos e encargos• Encargos com sérias distorções econômicas• Falta de competitividade em relação a outros setores
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• PIS/COFINS: retornar para regra anterior• ICMS: tabela de redução gradual da alíquota, levando a alíquota média para 15% em 2020;• CCC: eliminar CCC-isolado, sem expansão irracional de custos de transmissão;• INSS: evitar nova regra de cobrança pela receita• TFSEE: repasse automático para a ANEEL, explícito na conta• RGR: eliminar

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Rentabilidade em recuperação não pode ser justificativa para torniquete tarifário• Necessidade de previsibilidade nas Revisões Tarifárias• Várias entidades “regulam” a tarifa
Metas e Propostas	<ul style="list-style-type: none">• Revisões tarifárias devem considerar a rentabilidade de todo o período da concessão• Judiciário, Ministério Público, TCU e outras entidades não devem assumir funções da ANEEL• Os critérios para Revisões Tarifárias devem retomar a Regulação por Incentivos• Tarifas precisam ser imunes a pressões políticas• Nível de exigências de qualidade deve considerar impactos tarifários

Debate

- **Tributos e Encargos**
- **Política Tarifária**

- | | |
|------------------------------|--------------------------------|
| • Jerson Kelman | Aneel |
| • Claudio J. D. Sales | Instituto Acende Brasil |
| • Paulo Pedrosa | Abraceel |
| • Danilo Dias | Grupo Cataguazes |
| • Raul Velloso | Economista |

Palavras Finais

O Estado Brasileiro deveria se focar nas áreas prioritárias e atrair o empreendedor privado para áreas de infra-estrutura

Opinião pública consistentemente:

- Prioriza como ações do Estado as áreas de Saúde, Educação e Segurança
- Não vê infra-estrutura como atividade-fim do Estado

Estatais do setor elétrico têm apresentado rentabilidade incompatível com seus planos de investimento

O setor elétrico já foi capaz de atrair grandes volumes de recursos privados

Diretrizes Estratégicas da Agenda 2020:

• Focar o orçamento do Estado em Saúde, Educação e Segurança.

• Aumentar a contribuição das estatais para investimentos em Saúde, Educação e Segurança:

- Melhorando a rentabilidade dos ativos atuais;
- Assegurando rentabilidade adequada a novos investimentos.

• **Criar um ambiente indutor de investimentos privados.**

Ambiente Indutor de Investimento Privado

Estrutura institucional

- **Transparente**
- **Isonômica entre estatais e privados**

Planejamento da expansão

- **Mais Eficiente**
- **Com Racionalidade Econômica**

Tributos e encargos

- **Compatíveis com outros países**
- **Com sinais econômicos eficientes**

Política Tarifária

- **Previsível e imune a uso político**
- **Compatibiliza Renda do Consumidor com Remuneração dos Investimentos**

- **As condições de abastecimento fossem transparentemente conhecidas**
- **Os investimentos privados gerassem X mil empregos até 2020**
- **A tarifa fosse reduzida em X% até 2020**
- **As estatais rendessem R\$X Bilhões a.a. para o Tesouro e para os acionistas minoritários, contribuindo para investimentos do Estado em Saúde, Educação e Segurança**
- **O setor deixasse de ser usado politicamente**
- ...

As Hipóteses anteriores podem ser viabilizadas!!

Os empreendedores privados são capazes de garantir a expansão necessária do setor elétrico até 2020

Quanto maior a participação privada no setor, maior a disponibilidade de recursos do Estado para o aumento de Capital Social (Saúde, Educação e Segurança)

As metas e propostas da Agenda 2020 estabelecem os requisitos para que os investimentos privados aconteçam com a velocidade e intensidade que a população brasileira quer.

Almoço